



O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS PEDAGOGOS: INFLUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DAS FINALIDADES EDUCATIVAS SOBRE AS DETERMINAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Fabrcia Borges de Freitas Araujo* - fabrcia@totaledu.com.br, **Lilia Maria Spadoni Lemes**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás)

Resumo: O artigo discute a influência das finalidades educativas escolares sobre as políticas públicas e as orientações do currículo para a Educação Infantil. Investigo a partir de documentos oficiais apresentados, como a política do Banco Mundial somada aos interesses políticos e econômicos dominam a sociedade, impondo por meio de marco regulatório para as escolas públicas, possibilidades unidimensionais da formação do indivíduo em uma escola tendenciosa a subestimar o compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem cognitiva das crianças de zero a cinco anos. Simultaneamente, busco a reflexão sobre como o Ensino Superior tem ofertado aos pedagogos o ensino da Educação Infantil, para que eles se tornem aptos para enfrentar essa realidade que estabelece uma concepção de educação voltada para o acolhimento social; o que faz emergir como objetivo desse trabalho, a necessidade de uma reflexão sobre as ementas das disciplinas nos cursos de Pedagogia e a propagação de conhecimentos voltados para o campo da Educação Infantil, aspirando o fortalecimento da concepção de um currículo associado à conteúdos que priorizem os aspectos pedagógico-didáticos dessa primeira etapa da Educação Básica, bem como o asseguramento da apreensão de conhecimento, do desenvolvimento integral das capacidades intelectuais e da formação para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Finalidades educativas. Educação Infantil. Ensino Superior.

Introdução

A definição de finalidades educativas escolares antecede e norteia decisões sobre políticas educacionais, orientações curriculares, objetivos de formação dos alunos, seleção de conteúdos, ações de ensino-aprendizagem, formas de funcionamento das escolas, diretrizes de formação de professores e políticas de avaliação dos sistemas de ensino e das aprendizagens escolares. Ao mesmo tempo, essas finalidades são referências principais dos critérios de qualidade do ensino para programas e projetos dos sistemas educacionais, e, por consequência, para as escolas e professores (LIBÂNEO, 2016).

Simultaneamente à manifestação do estabelecimento das finalidades educativas como algo imprescindível nas funções sociais e pedagógicas das escolas, dentro de um contexto capitalista, permeiam os interesses dos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (BM), em reproduzir e legitimar o sistema capitalista, que instaura desigualdades e a reprodução das diferentes classes sociais, visando o comprometimento das políticas educacionais de alterar as suas reais finalidades pedagógicas. Diante desse cenário, tem-se como base para a elaboração deste trabalho, a forma de apropriação do conhecimento dos pedagogos na formação universitária direcionada para o ensino da



Educação Infantil, por meio de ementas e disciplinas que aspiram o fortalecimento da concepção de um currículo associado à conteúdos que priorizem os aspectos pedagógico-didáticos dessa primeira etapa da Educação Básica.

Material e Métodos

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram norteados pela investigação das finalidades educativas escolares, a infância e o contexto da Educação Infantil em busca de analisar como o Ensino Superior tem concebido ao curso de Pedagogia, o ensino da Educação Infantil, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, principalmente, no que se refere às condições de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2006).

Resultados e Discussão

De acordo com Libâneo (2016), a partir de 1990, políticas, diretrizes e normas relativas à políticas educacionais passaram a ser formuladas, de forma mais direta, pelo Banco Mundial. A análise de documentos produzidos pelo Banco Mundial e pela UNESCO, principalmente a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien (1990), possibilita extrair, ao menos, quatro finalidades educativas escolares: educação para satisfação de necessidades básicas, atenção ao desenvolvimento humano, educação para o mercado de trabalho e educação para a sociabilidade e convivência.

Igualmente executado nos anos anteriores, o Governo Lula (2003-2010) prosseguiu com essas políticas em prol da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos; assegurando a educação como um direito de todos, definida na Constituição de 1988. Com efeito, além de prosseguir com essas políticas, os governos Lula (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), agregaram em seus planos governamentais o atendimento de demandas sociais, por meio de políticas de inclusão social.

Percebe-se que com a finalidade de controlar a pobreza e a exclusão, os organismos internacionais, por meio do estado, orientam as reformas educacionais no fomento de falsos mecanismos de estabilidade social e paz mundial, impossibilitando as possibilidades educacionais pedagógicas, principalmente, na Educação Infantil:



[...] a qual vive esse conflito de apropriação do conhecimento das crianças de zero a seis anos, prosseguindo para o dualismo da escola brasileira: num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres (LIBÂNEO, 2012, p.16).

Considerações Finais

Quanto mais o Ensino Superior promover discussões sobre as finalidades educativas no campo do ensino da Educação Infantil, visando a formação de pedagogos que lidam com a realidade das escolas e dos currículos impostos, maior a aptidão dos mesmos em exercerem o protagonismo de sua profissionalidade, munidos de conhecimento, promovendo assim, uma condição de renovação social, e, resguardando, contudo, o pleno direito da criança de autonomia e dignidade, dentro de uma concepção crítica-emancipatória.

Agradecimentos

Agradeço a todos que fizeram parte para a concretização deste trabalho.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **Prioridades e estratégias para a educação**. Washington/DC.: World Bank, 1995.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura)**. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades educativas escolares e internacionalização das políticas educacionais: impactos no currículo e na pedagogia. **European Journal of Curriculum Studies**, v. 3, n. 2, 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educ. Pesqui.**, v. 38, n.1, p.13-28, mar. 2012.
- UNESCO. Conferência Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Brasília/DF: UNESCO, 1990.